

# O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA COM OS ESTADOS UNIDOS DURANTE A ÚLTIMA DÉCADA

Wallace Moacir Paiva Lima

## RESUMO

As relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos têm oscilado tradicionalmente entre alinhamento e autonomia, escolhas estratégicas entre Norte e Sul, hemisféricas e globais, bilaterais e multilaterais. Essas opções são frequentemente vistas como mutuamente exclusivas, refletidas em polaridades internas baseadas em mitos de hegemonia. Além disso, eles tendem a ver a relação como uma via de sentido único, definida pelas oportunidades brasileiras que geram satisfação e/ou insatisfação no Norte, e não pelas dinâmicas bilaterais e interesses individuais; entretanto, a relação vai além de classificações simplistas para incluir o projeto nacional e a integração internacional. Após a Guerra Fria, progressos concretos foram feitos à luz deste mal-entendido, à medida que os vetores do Brasil e da América do Norte mudaram devido a uma mudança no equilíbrio global de poder. Embora ainda exista fragmentação, é evidente uma redefinição dos intercâmbios bilaterais, afastando-se do minimalismo associado à coordenação e/ou autonomia para o status de diálogo estratégico, definido oficialmente pela diplomacia. Este artigo, portanto, analisará as mudanças que ocorreram nas relações entre os dois países durante a última década.

**Palavras-chave:** Brasil. Estados Unidos. Relações diplomáticas.

## STRENGTHENING BRAZILIAN EXTERNAL POLICY WITH THE UNITED STATES DURING THE LAST DECADE.

### ABSTRACT

Bilateral relations between Brazil and the United States have traditionally oscillated between alignment and autonomy, strategic choices between North and South, hemispheric and global, bilateral and multilateral. These options are often seen as mutually exclusive, reflected in internal polarities based on myths of hegemony. Furthermore, they tend to see the relationship as a one-way street, defined by Brazilian opportunities that generate satisfaction and/or dissatisfaction in the North, and not by bilateral dynamics and individual interests; however, the relationship goes beyond simplistic classifications to include the national project and international integration. After the Cold War, concrete progress was made in light of this misunderstanding, as the vectors of Brazil and North America shifted due to a shift in the global balance of power. Although fragmentation still exists, a redefinition of bilateral exchanges is evident, moving away from the minimalism associated with coordination and/or autonomy to the status of strategic dialogue, officially defined by diplomacy. This article, therefore, will analyze the changes that have taken place in the relations between the two countries during the last decade.

**Keywords:** Brazil. U.S. Diplomatic relations.

## INTRODUÇÃO

As relações internacionais estudam sistematicamente as relações políticas, econômicas e sociais entre os países, refletindo reflexões que vão além das fronteiras nacionais. Desta forma, são estudados fenômenos que cruzam fronteiras (SEITENFUS, 2004). Todos os estados estão de alguma forma ligados entre si, mesmo que estejam em guerra. É importante lembrar que estas relações são fluidas no tempo e na forma, e envolvem diferentes manifestações de poder.

Mais especificamente, o continente americano tem muitas diferenças em termos de desenvolvimento. Seus países constituintes têm diferentes níveis de política, economia e sociedade (THE ECONOMIST, 2015). Esta situação se reflete no grau de democracia, desde a democracia plena (grau mais alto) até regimes autoritários (grau mais baixo).

Neste sentido, dois países democráticos se destacam no continente americano: os Estados Unidos da América e a República Federal do Brasil, devido à sua economia e influência. Os Estados Unidos têm influência global, enquanto o Brasil se concentra mais no subcontinente sul e centro-americano e na costa atlântica da África. O Brasil e os Estados Unidos compartilham muitos ideais e interesses na promoção do crescimento econômico e da prosperidade, garantindo o respeito aos direitos humanos inalienáveis e promovendo a cooperação em defesa e segurança em toda a região.

As relações internacionais entre os dois países são de longa data. Os Estados Unidos foram um dos primeiros países a obter a independência dos governos europeus. O Brasil obteve a independência de Portugal um pouco mais tarde, em 1822. O primeiro país a reconhecer a independência do Brasil foi os Estados Unidos, em 1824. Deve-se notar que a política "América para os americanos" ajudou os brasileiros a se libertarem dos grilhões europeus (RICHARDSON, 1907). Com o tempo, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos mudaram. Às vezes eles melhoraram e às vezes se deterioraram.

Na última década, os dois países viveram momentos diferentes em termos de líderes e termos que governaram em ambos os países. Os Estados Unidos de 2009 a 2017 tiveram um presidente democrata Barack Hussein Obama II. Logo depois, o

republicano Donald John Trump assumiu o cargo de presidente.

Mudanças similares ocorreram no Brasil. Dilma Vana Rousseff, uma política de esquerda, tomou posse em 2011 e permaneceu no cargo até 31 de agosto de 2016, quando foi iniciado um processo de impeachment contra ela. Logo depois, Michel Temer (centrista) tomou posse até 1º de janeiro de 2019. Após as eleições de 2018, Jair Bolsonaro (um político de direita) assumiu a presidência.

Estas mudanças afetaram toda a geopolítica mundial. A expressão política é refletida diretamente em outras manifestações de poder. Não é diferente no setor militar, que é diretamente influenciado pelos formuladores de políticas. Isto afeta diversas áreas, como o número de militares em cursos, acordos bilaterais, compras, etc.

É evidente que tem havido uma grande mudança ideológica nestes países. Portanto, o problema que é investigado nesta tese é: "Como as relações internacionais entre Brasil e EUA mudaram durante os governos de Dilma Obama e Bolsonaro Trump?"

A hipótese inicial é que, como os dois presidentes anteriores estão de acordo, é provável que as relações militares entre os dois países tenham melhorado. O principal objetivo deste estudo é determinar se a relação EUA-Brasil melhorou militarmente entre as administrações de Dilma, Obama e Bolsonaro e Trump. Para atingir esta meta, os seguintes objetivos específicos devem ser alcançados: (1) analisar as relações militares nas administrações Dilma e Obama; (2) analisar as relações militares nas administrações Bolsonaro e Trump; e (3) examinar quais áreas melhoraram ou pioraram.

O estudo se justifica principalmente porque o autor é especializado nos aspectos civis do exército americano. Como tal, ele já está ativo na arena política, interagindo com várias instituições em assuntos distintamente militares. Do ponto de vista metodológico, para auxiliar o projeto de pesquisa, o autor utilizará referências históricas para examinar as relações comerciais, os acordos bilaterais e as parcerias militares. Além disso, o autor utilizará teorias de relações internacionais para orientar a pesquisa com teorias relevantes e princípios conhecidos aplicáveis à comunidade internacional e ao campo das relações exteriores. Estas teorias incluem liberalismo, realismo e construtivismo.

## 2. PERSPECTIVA HISTÓRICA

A fim de compreender e avaliar plenamente a relação EUA-Brasil, é necessário analisar alguns dos principais eventos que levaram ao atual estado das relações entre os dois países. As relações bilaterais entre os dois países passaram do "frio" para o "quente" e voltaram para o "frio". "Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a declaração de independência do Brasil em 1822 em relação a Portugal. Reconhecer a independência dos estados americanos das metrópoles europeias foi uma política dos EUA para enfraquecer a influência europeia na região e eventualmente "conquistar" os novos estados independentes (HAKIM, 2004).

Durante os anos 90 e a primeira metade do século XX, as interações entre os dois países foram limitadas a certas oportunidades multilaterais, tais como a Conferência das Américas. Na primeira Conferência Pan-Americana, realizada em 1890, muitos países americanos, incluindo os Estados Unidos e o Brasil, discutiram vários projetos de integração regional. Estas incluíam tanto integrações militares quanto econômicas (HAKIM, 2004).

Na década de 1930, o interesse alemão em aprofundar as relações com os países latino-americanos, particularmente o Brasil, era uma grande preocupação da política externa dos EUA devido à influência nazista no continente, e os diplomatas e planejadores militares americanos temiam que o Brasil pudesse apoiar a Alemanha nazista (DOS, 2015). Tal aliança teria tornado os Estados Unidos vulneráveis e fechado o Atlântico Sul ao transporte marítimo aliado.

Felizmente para os Estados Unidos, o Brasil acabou se juntando aos Aliados, reforçando o compromisso dos Estados Unidos e da República Federativa do Brasil com uma forte relação bilateral. O Brasil declarou guerra à Alemanha em 22 de agosto de 1942, logo após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, e juntou-se às forças aliadas que patrulham o Atlântico Sul. As unidades do shopping foram enviadas para a Europa, principalmente a Itália, para lutar em conjunto contra o totalitarismo nazista. Os laços mais fortes com a cultura americana foram estabelecidos sob o Presidente Getúlio Vargas nos anos 30 e 40. Durante este período, ocorreu uma mudança de paradigma; o "velho mundo" liberal da Europa não era mais

a fonte da modernização que o Brasil buscava (FISHLOW, 1982).

Depois que João Goulart chegou ao poder, o Brasil se distanciou dos Estados Unidos. Durante este período, o Brasil se aproximou da Rússia e da ideologia socialista. Entretanto, quando o governo militar passou a liderar o país, houve novamente um estreitamento entre as nações. Com o passar do tempo, os governos da Nova República empregaram relações que sofreram mudanças que melhoraram e pioraram, dependendo do presidente no poder.

## **2. DOS GOVERNO LULA E DILMA**

Em 18 de maio de 2010, a Secretária de Estado Hillary Clinton expressou a indignação dos EUA pelo anúncio de Teerã de que havia chegado a um acordo decisivo com sua contraparte turca sobre as atividades de enriquecimento de urânio do Irã. Clinton condenou o Brasil por intervir em uma situação que não compreende plenamente e por comprometer o frágil consenso internacional para impor novas sanções ao Irã. O Financial Times relata que "Hillary Clinton ... nada mais fez do que acusar o Brasil de ... como o primeiro país do mundo a fazê-lo. nada mais fez do que acusar a Turquia e o Brasil de ingenuidade internacional ao facilitar a operação desperdiçada do Irã". Clinton pode ter exagerado na iniciativa de negociação brasileira, que foi inicialmente apoiada pela Casa Branca e que, de acordo com vários ex-diplomatas americanos altamente respeitados, produziu o que Washington deveria ter visto como um resultado potencialmente útil. As relações EUA-Brasil foram severamente danificadas e não foram totalmente restabelecidas até o momento.

Seis meses depois, em 1º de janeiro de 2011, a inauguração de Dilma Rousseff foi saudada com algum otimismo em Washington. Quando ela foi eleita em outubro, havia receios nos EUA de que ela traria para a presidência uma ideologia de esquerda que pode ter sido moldada por suas experiências como guerrilheira urbana nos anos 70. Entretanto, fica claro por seus discursos e entrevistas antes de tomar posse (notavelmente uma entrevista com o Washington Post) que ela pretende seguir uma política externa menos flamboyante e ambiciosa do que sua antecessora e que ela está interessada em melhorar as relações com os EUA. Ela também deixou claro que está

preparada para ser mais crítica em relação ao Irã e a outros países que violam os direitos humanos.

As autoridades brasileiras da época enfatizaram a continuidade da política externa brasileira e ressaltam que Dilma fez apenas pequenas mudanças, principalmente em resposta à mudança do contexto internacional, e não a mudanças ideológicas ou políticas. No entanto, Dilma adotou uma abordagem mais restrita às relações exteriores do que Lula e reduziu o perfil internacional do Brasil. Após dezoito anos de seu mandato, as tensões entre os EUA e o Brasil diminuíram claramente, e a crise afetou os principais países da região.

Do ponto de vista de Washington, a mudança mais importante é o aparente distanciamento do Brasil de suas relações outrora estreitas com o Irã. Rousseff não se encontrou com o presidente Ahmadinejad na conferência ambiental da ONU Rio+20, e o Brasil não estava no itinerário do presidente iraniano durante suas duas últimas visitas à América Latina sob a presidência de Rousseff. Entretanto, o Brasil mantém relações comerciais ativas com o Irã e continua a se opor às sanções da ONU contra o país, que os EUA dizem ser necessárias para impedir que o Irã desenvolva armas nucleares.

Obama foi recebido com entusiasmo pelo povo brasileiro e, por todos os relatos, foi estabelecido um diálogo frutífero entre ele e Dilma. Entretanto, nenhum progresso real foi feito em nenhuma das principais e prioritárias questões que afetam o relacionamento EUA-Brasil. Também não houve melhoria significativa nas relações comerciais, embora a Casa Branca tenha descrito a viagem do presidente dos Estados Unidos como um esforço do presidente para expandir as oportunidades comerciais e de investimento. Os brasileiros ficaram desapontados por Obama não ter apoiado os esforços do Brasil para obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, como havia feito em nome da Índia durante as visitas anteriores a Nova Deli.

A viagem de Rousseff aos Estados Unidos foi mais tranquila e atraiu relativamente pouca atenção. Ela passou apenas um dia em Washington e fez uma aparição pública. A visita do presidente brasileiro foi comparada à recepção formal do primeiro-ministro indiano seis meses antes, que foi vista por muitos como um símbolo do status relativo dos dois países em Washington.

### 3 O GOVERNO BOLSONARO

No final do primeiro trimestre de sua administração, o Presidente Bolsonaro fez sua primeira visita oficial ao Presidente norte-americano Donald Trump, marcando uma grande mudança na política externa brasileira e oferecendo-se como um apoiador do país norte-americano.

O apoio quase incondicional do presidente brasileiro ao primado dos Estados Unidos, não apenas na América Latina, mas também na política mundial, é inédito. Ambos são vistos como pessoas impulsivas e quase coléricas que não podem ser influenciadas nem mesmo por conselheiros, com estratégias de ação de curto e médio prazo (MEARSHEIMER, 2019).

Eles também compartilham a mesma ideologia de se comunicar com as pessoas através das mídias sociais, o que ajudou muito a ambos nas eleições. A relação entre o Congresso e o Judiciário também é semelhante e pode ser descrita como tensa, pois ambas as partes acreditam que o compartilhamento do poder é desnecessário, pois concentram sua energia e seus projetos diretamente no povo.

Os benefícios que encorajam o Presidente Bolsonaro a manter um relacionamento amigável com o Presidente dos EUA incluem o apoio dos EUA à adesão do Brasil à OCDE, que é importante para as empresas brasileiras, e as parcerias militares fora da OTAN, a principal aliança não-NATO (MNNA), que dá maior acesso ao financiamento dos EUA para equipamentos militares. Neste sentido, estão em andamento negociações entre o Brasil e os Estados Unidos para o uso da Base Nacional de Alcântara.

Entretanto, os Estados Unidos não têm muitos pedidos ao Brasil, mas mesmo alguns deles são muito importantes, como no caso da Venezuela, onde o regime de Nicolás Maduro, que o Presidente Trump quer derrubar, está no poder, portanto este acesso precisa do apoio territorial e armado do Brasil.

Para Trump, acabar com o regime de Nicolás Maduro é importante para ganhar votos na eleição para seu presidente, e para isso ele precisa de todo o apoio logístico, incluindo talvez militar, que o Brasil pode oferecer.

Em outubro de 2019, representantes brasileiros e norte-americanos concluíram negociações sobre três acordos que promovem o comércio entre os dois países,

padronizando as práticas regulatórias e anticorrupção. Este pacote de acordos comerciais formará a base de um futuro acordo de livre comércio mais amplo que incluirá a eliminação de certas barreiras não-tarifárias ao comércio entre os dois países de forma mais simples e menos burocrática; proibindo as agências reguladoras americanas e brasileiras de alterar as regulamentações de produtos sem antes dar aos exportadores a oportunidade de comentar.

As medidas têm agradado a comunidade empresarial do país, que há muito tempo exige essas mudanças porque acredita que elas impulsionarão o comércio bilateral e também terão um impacto positivo nos fluxos de investimento.

Alguns viram o pacote como uma possível troca americana destinada a convencer o Brasil, através de conselheiros de segurança nacional dos EUA, a proibir a empresa chinesa Huawei de participar da implantação da tecnologia 5G no país.

O comércio entre o Brasil e os Estados Unidos tem sido problemático nos últimos anos e, de janeiro a setembro de 2020, o intercâmbio entre os dois países foi 25% menor do que no mesmo período de 2019, segundo a Câmara Americana de Comércio (Amcham-Brasil), o déficit do Brasil com os Estados Unidos foi de US\$ 3 bilhões.

Há pontos mais positivos do que negativos nesta relação, o que distingue o Governo Bolsonaro e, conseqüentemente, a imagem do Brasil no mundo (em sentido positivo), portanto, pode-se dizer que este é o início de uma nova era nas relações Brasil-EUA, o que eleva as expectativas das grandes potências como os países europeus e a China, e devolve o país a um nível comercial igual no mundo.

## **CONCLUSÕES**

O atual relacionamento do Brasil com os Estados Unidos não é, portanto, um motivo de grande incerteza devido à mera convergência. O Brasil se ajustou em outros momentos de sua história. O que é surpreendente desta vez, porém, é que não importa o quanto se pareça difícil, não se pode encontrar nada que seja do interesse nacional. Desde o início do atual governo, o Brasil tem limitado sua margem de manobra: fez concessões aos EUA sem esperar pela reciprocidade e mesmo sem a pressão de seu vizinho do norte. Fizemos concessões ao esperar e escolher.



Retornando de sua primeira viagem bipartidária pós-eleitoral visando a Casa Branca, em 2019. Em março, Bolsonaro e seu gabinete citaram como ganhos uma série de concessões unilaterais do Brasil: a lista incluía uma promessa de levantar vistos para cidadãos americanos; a transferência da Base de Lançadores Espaciais de Alcântara (MA) através da assinatura de um Acordo de Proteção Tecnológica já aprovado pelo Congresso brasileiro e a perda do status de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em troca, o país poderia contar com o apoio da administração Trump para aderir à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e tornar-se um "aliado prioritário não-NATO".

A política externa nacionalista do Trump não inclui a preocupação com a construção de alianças. Trump não está interessado em se posicionar como o líder de uma potência hegemônica. Muito pelo contrário. Em sua opinião, foi seu desejo de se posicionar como hegemônico que levou seus antecessores na Casa Branca a fazer concessões. Portanto, sua postura é exigir uma recompensa dos aliados pelos investimentos que os EUA fizeram nos campos fiscal e de defesa. Quando se trata da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), o Sr. Trump foi bastante franco ao dizer que os europeus se beneficiaram demais das despesas militares dos EUA com a defesa europeia e que é hora de os europeus pagarem mais por sua segurança.

Também é verdade que com a nova configuração multipolar do sistema de energia internacional, os EUA não podem se dar ao luxo de perder influência na América Latina. O apoio do bloco latino-americano é uma das condições básicas para que os EUA se tornem uma grande potência. Em tal situação, os americanos não podem se reconciliar com a ideia de que a América Latina não age de forma coerente e muito menos com o surgimento de uma superpotência abertamente desafiadora.

Hoje, no entanto, a realidade é um pouco diferente. Na situação atual, os interesses econômicos da China são de grande importância. Mas não apenas os chineses. Os russos também estão interessados. No passado, os russos e chineses agiram apenas nas sombras, e mesmo assim apenas como apoio aos partidos comunistas e pequenos grupos. No século XXI, os chineses e russos estão agindo abertamente para proteger seus aliados. Se não fosse por sua firmeza em expressar preocupação com a Venezuela, os EUA, contando com o apoio do Brasil, poderiam ter

embarcado numa aventura militar para remover Nicolás Maduro como presidente. Deve-se acrescentar que quando falamos de dureza, estamos falando da venda de equipamentos militares, treinamento militar e inteligência.

Neste cenário, não propício à intervenção política explícita, as ações encobertas e a dimensão ideológica se tornaram mais importantes. No que diz respeito ao Brasil, é escandaloso que um filósofo autoproclamado que vive nos EUA tenha dirigido publicamente as ações do governo, a ponto de ser responsável pela demissão e demissão de ministros de Estado e de participar de reuniões entre as autoridades brasileiras e representantes do governo dos EUA. Algo semelhante pode ser dito sobre as atividades das igrejas neopentecostais.

As relações bilaterais entre o Brasil e os EUA estão, portanto, estreitamente ligadas a este contexto. Os diplomatas brasileiros, reconhecidos por sua excelente formação profissional, disciplina e respeito à hierarquia - fatores que garantem a competência e a unidade do serviço diplomático do país - foram rudemente rebaixados e substituídos em missões-chave por novos recrutas cujo único atributo era uma aparente amizade com as autoridades americanas. Até mesmo a embaixada brasileira em Washington, antes reservada aos diplomatas mais experientes e ilustres, foi chefiada durante muito tempo por um funcionário temporário, enquanto se discutia se o cargo deveria ser preenchido por um deputado sem qualificações e até mesmo sem o conhecimento necessário do idioma local.

Este modelo atípico de relações políticas e diplomáticas com os Estados Unidos, baseado unicamente em fatores ideológicos, não produz nem pode produzir quaisquer resultados que possam ser considerados benéficos para os segmentos sociais mais dependentes dele. Enquanto o governo brasileiro ameaça tomar decisões erradas e imprudentes, como mudar a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, seguindo a decisão anunciada por Trump, ou votar contra a resolução da ONU condenando e pedindo o fim do embargo dos EUA contra Cuba, revertendo a posição tomada desde 1992, quando a resolução foi votada pela primeira vez, os Estados Unidos estão anulando todas as esperanças do governo brasileiro.

## **REFERÊNCIAS**

DOS. (2015). "**Consulado Geral dos EUA Recife**". Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil. Fonte: State.GOV.

FISHLOW, A. (1982). **Estados Unidos e Brasil: O Caso da Relação Desaparecida**. Conselho de Relações Exteriores, pp. 904-923

HAKIM, P. (. (2004). **O Parceiro Relutante**. Conselho de Relações Exteriores, pp. 114-123.

MEARSHEIMER, J.; WALT, S.; **The Israel Lobby and U.S Foreign Policy**. Farrar, Straus and Giroux. First Edition. New York. 2019.

RICHARDSON, J. D. **Compilation of the Messages and Papers of the Presidents**. 1907. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20120108131055/http://eca.state.gov/education/engteachin g/pubs/AmLnC/br50.htm>. Acesso em junho de 2021.

Seitenfus, Ricardo. **Relações Internacionais**. 1ª ed. Editora Manole Ltda., São Paulo: 2004

THE ECONOMIST. **Democracy Index 2015**: Democracy in age of anxiety. 2015.

Disponível em:

[https://www.eiu.com/public/topical\\_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2015](https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2015). Acesso em junho de 2021.